



Ilídio Martins

Associação Regantes
e Beneficiários de
Campilhas e Alta Sado

O CONTRIBUTO DO REGADIO E DAS ASSOCIAÇÕES DE REGANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS

Portugal, apesar de ser um País pequeno, tem multifacetadas características, sendo uma delas a irregularidade e imprevisibilidade climática, sobretudo fruto das influências atlânticas e mediterrânicas. E essa irregularidade nota-se na distribuição territorial, onde se registam precipitações médias de 400 mm em algumas zonas do sul, em contraste com mais de 2000 mm no Minho, na sazonalidade anual, com grande escassez de precipitação no verão e excesso de precipitação no inverno e na incerteza plurianual, com ciclos chuvosos alternados com períodos de grande escassez em anos consecutivos. Por estes motivos, há muito que se percebeu que, para se poder efetuar uma agricultura competitiva em Portugal, tirando partido das elevadas temperaturas e horas de luz, apenas com uma agricultura de regadio, que disponha de sistemas de armaze-

namento e distribuição de água, poderá haver alguma segurança e confiança.

A importância do regadio, em contraste com o sequeiro, sempre foi entendida pelo Homem, sendo, ao longo da evolução de várias civilizações, desenvolvidos sistemas hidráulicos, para poder armazenar e distribuir a água.

Em Portugal, embora se tenham desenvolvido ensaios de regadios coletivos, no tempo da monarquia, com as chamadas "valas reais", o verdadeiro desenvolvimento do regadio iniciou-se no século XX com as designadas obras de fomento hidroagrícolas, com a obra n.º 1 a ser inaugurada em 1938 (Magos). Cedo se percebeu que a obra hidráulica por si só seria insuficiente, pelo que esta conceção evoluiu para planos de fomento hidroagrícola, os quais, mais do que a simples obra hidráulica, envolviam a formação, as acessibilidades, a agro-indústria, a electrificação, o fomento cooperativo, entre outros.

Desde logo se entendeu que o desenho e conceção de um aproveitamento hidroagrícola passa pela qualidade dos sistemas hidráulicos de armazenamento, captação e distribuição de água, mas também pela gestão destas obras hidráulicas, na fase de exploração. Não fará sentido ter estruturas hidráulicas muito complexas ou sofisticadas sem que a elas esteja associada uma gestão competente e eficaz. Nesta altura, tam-

bém se percebeu que seria importante, determinante, envolver os próprios regantes e demais utilizadores na gestão das obras de rega, interessando-os, formando-os e envolvendo-os na gestão e distribuição da água e na conservação e manutenção das estruturas.

Assim, com as primeiras obras hidráulicas nasceram as primeiras Associações de Regantes e Beneficiários, organizações com um estatuto próprio, reguladas por legislação específica, com autonomia administrativa e financeira, que com um modelo democrático de participação e proximidade, semelhante ao cooperativo, têm desenvolvido o seu trabalho sob tutela do Estado. Os aproveitamentos hidroagrícolas e respetivas Associações de Regantes têm-se destacado pela sua importância económica e social ao longo de todo o País, com maior relevância no interior e no sul, onde a rega é mais necessária, estando hoje legalizadas 36 organizações deste género, as quais distribuem água em cerca de 135.000 ha, a partir de 41 barragens, diversos açudes, e milhares de quilómetros de canais e condutas. Associado a cada aproveitamento hidroagrícola vêm inúmeros

benefícios, ou externalidades positivas, que hoje são inegáveis, tais como o extraordinário aumento produtivo agrícola e pecuário (1 ha de regadio equivale a 8 a 15 ha de sequeiro), contribuindo para a redução do défice e para a segurança alimentar do País, a instalação de agro-indústrias e outras empresas, bem como o aumento dos serviços diretos e indiretos, o emprego, a fixação de dióxido de carbono, entre outros. No contexto atual de alterações climáticas, os aproveitamentos hidroagrícolas e o consequente regadio possibilitam reduzir a incerteza, permitindo a estabilidade e o investimento a médio e longo prazo, que associados às externalidades referidas, facilita a fixação de pessoas no interior. Numa altura em que é evidente o abandono e a desertificação de algumas zonas do

interior do País, nos aproveitamentos hidroagrícolas, autênticas ilhas de desenvolvimento, tem aumentado a utilização da área regada e as atividades ligadas ao mundo rural.

Hoje, com a melhoria do conhecimento e da técnica, a agricultura está a mudar rapidamente, sendo cada vez mais uma atividade de precisão, com recurso a ferramentas tecnológicas, que visam o controlo rigoroso dos fatores de produção, entre eles a água. E é nos aproveitamentos hidroagrícolas que se tem verificado essa mudança. Produzir mais, com menos recursos e com mais segurança é o objetivo de uma agricultura moderna que se quer competitiva, mas também sustentável.

Sem água não há vida. Ao armazenar água e distribuir água em territórios que estariam sazonalmente ou permanentemente desertificados, beneficia-se a produção agrícola e pecuária, mas também todo o ambiente, a biodiversidade e o território que está adstrito às zonas de influência dos aproveitamentos hidroagrícolas.

O futuro dos aproveitamentos hidroagrícolas e das suas entidades gestoras, as Associações de Regantes e os seus associados, passa por saber conjugar os interesses produtivos com a salvaguarda do património natural e cultural que lhe está associado. E é possível, sendo mesmo essencial, fazer esse caminho, sem radicalismos, com uma boa articulação entre as entidades gestoras dos aproveitamentos hidroagrícolas, as Associações de Regantes e os organismos do Ministério do Ambiente e do Ministério da Agricultura, todos trabalhando para esse objetivo que é a boa gestão do recurso água, património que é de todos.

